



7 • Correio Braziliense — Brasília, terça-feira, 31 de dezembro de 2024

Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na segunda-feira	Ibovespa nos últimos dias	Na segunda-feira	Últimos	Comercial, venda na segunda-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,01% São Paulo	120.766	R\$ 6,180 (- 0,21%)	20/dezembro: 6,072 23/dezembro: 6,185 27/dezembro: 6,179 30/dezembro: 6,193	R\$ 1.412	12,15%	12,33%	Julho/2024: 0,38 Agosto/2024: -0,02 Setembro/2024: 0,44 Outubro/2024: 0,53 Novembro/2024: 0,39
0,97% Nova York	23/12: 26/12: 27/12: 30/12: 120.283						

FUNCIONALISMO

Reajuste deverá ter impacto de R\$ 17,9 bi

Mudanças nas carreiras públicas terão início em janeiro de 2025, Orçamento ainda precisa passar pelo Congresso

» VANILSON OLIVEIRA



Os reajustes estão alinhados ao Orçamento e respeitam o arcabouço fiscal, crescendo abaixo do limite estabelecido

Esther Dweck, ministra da Gestão e da Inovação

A ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), Esther Dweck, apresentou ontem, a Medida Provisória (MP) que concede reajuste salarial aos servidores públicos federais a partir de janeiro de 2025. Segundo ela, os aumentos são resultado de acordos fechados nas mesas de negociações ao longo de 2024. A MP segue para o Congresso Nacional para aprovação.

De acordo com a ministra, o texto deve ser assinado ainda hoje pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e publicado no Diário Oficial da União (DOU) para entrar em vigor a partir de janeiro. No entanto, o documento precisa passar pelo Congresso para receber a aprovação, no prazo máximo de quatro meses, ou perderá a validade.

Segundo a pasta, o impacto total dos reajustes no Orçamento de 2025 está estimado em R\$ 17,9 bilhões, e, sem o impacto financeiro, o valor fica em R\$ 16,2 bilhões. Para 2026, o impacto primário é de R\$ 8 bilhões, e, com o financeiro, de R\$ 8,6 bilhões.

O aumento salarial do funcionalismo federal será concedido em duas etapas: a primeira, em janeiro de 2025, e, a segunda, em abril de 2026. “Os reajustes estão alinhados ao orçamento e respeitam o arcabouço fiscal, crescendo abaixo do limite estabelecido. A despesa com pessoal seguirá estável, representando cerca de 2,6% do PIB (Produto Interno Bruto), o mesmo patamar registrado em 2022,” afirmou Dweck.

A titular do MGI destacou que a medida consolida os reajustes da formalização de 38 acordos que contemplam servidores ativos, aposentados e pensionistas. Desde 2023, foram firmados 52 acordos entre a pasta e as entidades que representam os trabalhadores da administração federal.

A ministra ainda garantiu que o aumento salarial não compromete o equilíbrio fiscal. Segundo ela, a MP prevê uma ampla reestruturação das carreiras públicas, com foco na modernização da administração federal. Atualmente, cerca de 30% das carreiras contam com 20 níveis de progressão. Com as mudanças, esse percentual subirá para 86%, permitindo maior

agilidade e dinamismo no avanço das carreiras.

Além da transformação dos cargos, a MP cria duas novas carreiras transversais, voltadas para as áreas de Políticas de Justiça e Defesa e de Desenvolvimento Socioeconômico. As novas funções terão uma remuneração inicial de R\$ 9.711 e podem chegar a R\$ 21.070 no topo da carreira.

“Essas carreiras foram estruturadas para atender a demandas específicas do serviço público moderno, com foco em resultados e eficiência,” explicou Dweck. A ministra garantiu que essas novas posições não representarão aumento de despesa, uma vez que substituem cargos que não atendem mais às demandas do serviço público federal.

Outro ponto importante apresentado pela ministra é o reajuste na remuneração para cargos de chefia. Atualmente, um secretário-executivo recebe 42,92% do salário de um ministro de Estado. A partir de 2026, esse índice subirá para 68,84%. Outros cargos também terão reajustes. Um secretário nacional passa a receber 60,27% do salário de um ministro, um diretor 43,84% e um coordenador-geral 31,10%.

Foram criados de 15.670 novos cargos, resultado da transformação de 14.989 posições vagas e obsoletas. Segundo a ministra, essa mudança não terá impacto adicional no Orçamento, uma vez que aproveita estruturas existentes. “Estamos adequando cargos obsoletos e os transformando em posições úteis e relevantes para a nova etapa do Estado brasileiro,” afirmou a Dweck. O maior volume desses novos cargos criados ficará na Educação, que terá 10.930 vagas para funções comissionadas.

Adalberto Marques/MGI



De acordo como a titular do MGI, Esther Dweck, no próximo ano, o gasto com servidores ficará em torno de 2,6% do PIB

Ministra minimiza deficit de estatais

A ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), Esther Dweck, minimizou a piora dos resultados das estatais federais. Ela disse que o deficit de R\$ 6 bilhões no acumulado de 2024 até novembro, conforme dados divulgados, ontem, pelo Banco Central, não reflete prejuízo operacional dessas empresas.

Em entrevista coletiva aos jornalistas, ontem, Dweck defendeu que o resultado decorre de investimentos realizados com recursos acumulados em anos anteriores e criticou análises baseadas exclusivamente na contabilidade pública para avaliar a saúde financeira das empresas.

De acordo com os dados apresentados ontem pelo Banco Central, apenas em novembro, o deficit foi de R\$ 1,6 bilhão.

E, somando o resultado primário das estatais federais, estaduais e municipais, o rombo ficou em R\$ 9,1 bilhões no acumulado do ano, o maior valor já registrado desde o início da série histórica, em 2012. Esse número representa um crescimento de 184% em relação ao mesmo período de 2023, quando o deficit foi de R\$ 3,2 bilhões.

Esther Dweck explicou que o deficit registrado no resultado fiscal das estatais deve ser analisado com cautela. Segundo ela, a contabilidade pública considera apenas as receitas e despesas do ano corrente, ignorando o impacto de investimentos de longo prazo realizados com recursos acumulados de anos anteriores. “Na contabilidade pública, o investimento é registrado como despesa no ano em que

ocorre, enquanto, na contabilidade empresarial, ele é amortizado ao longo do tempo. Isso significa que, mesmo com um deficit contábil no ano atual, a empresa pode estar financeiramente saudável e realizando investimentos importantes para o futuro”, afirmou.

Comparação

A ministra ainda destacou que, entre as empresas analisadas pelo Banco Central, apenas três apresentaram prejuízo no resultado acumulado até novembro de 2024. As demais estatais registraram lucros consistentes, mesmo em um cenário econômico desafiador. “Das empresas avaliadas, nove ou dez têm lucros sólidos. É preciso compreender que o deficit fiscal

anual não é, necessariamente, sinônimo de prejuízo operacional,” ressaltou.

De acordo com a ministra, entre 2019 e 2022, o governo federal realizou aportes financeiros significativos para reforçar a caixa das estatais. Esses recursos, segundo a ministra, foram responsáveis por gerar superávits nos anos seguintes, uma vez que entraram na contabilidade pública como receita. “Naquela período, muitos recursos foram direcionados para o caixa das empresas. No entanto, esses valores não foram utilizados imediatamente, permanecendo como reservas. Quando as restrições do Bloco Nacional de Desestatização foram retiradas, as empresas puderam, finalmente, investir esses recursos,” explicou. (VO)

CONJUNTURA

Impostômetro bate novo recorde, de R\$ 3,6 trilhões

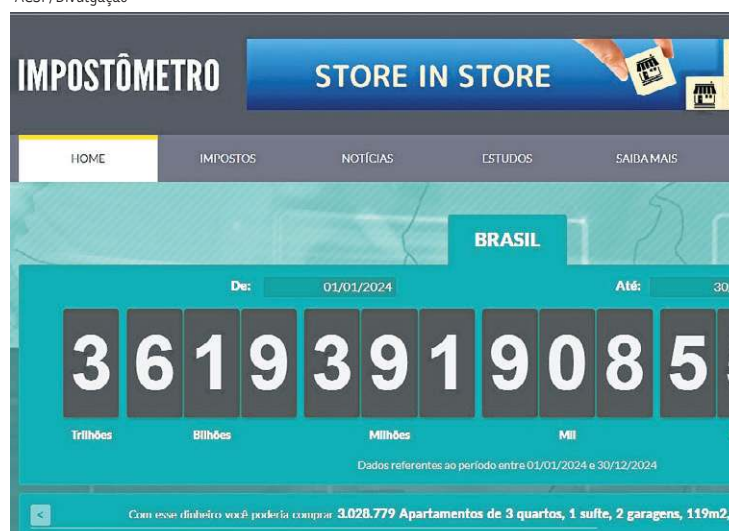
O Impostômetro, famoso painel da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), alcançou a marca inédita de R\$ 3,6 trilhões à 1h55 de domingo (29). O montante reflete a soma de impostos, taxas e contribuições pagos pelos brasileiros desde o início do ano, abrangendo as esferas federal, estadual e municipal, além de multas e correções monetárias.

O valor representa crescimento de 18,4% em relação aos R\$ 3,04 trilhões registrados no mesmo período de 2023. Até ontem à

noite, o valor já tinha ultrapassado R\$ 3,619 trilhões.

Segundo Ulisses Ruiz de Gamboa, economista da ACSP, esse crescimento na arrecadação está relacionado a uma combinação de fatores: maior atividade econômica, elevação da renda e geração de empregos, além de impactos, como a inflação e ajustes tributários recentes. Conforme os dados da entidade, somente a arrecadação de São Paulo representa 37,39% do total registrado no impostômetro.

ACSP/Divulgação



Receita com impostos cresceu, até domingo, 18,4%

“O aumento da arrecadação, seja estadual, federal seja municipal, está diretamente ligado ao crescimento da atividade econômica”, afirma o economista, em nota da entidade. “Nosso sistema tributário é baseado no consumo, então, com a expansão da atividade econômica, especialmente impulsionada pelo consumo, a arrecadação cresce. Além disso, como muitos impostos são cobrados sobre os preços, a inflação também contribui para esse aumento.”

Outro elemento destacado pelo economista foi a elevação das alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em diversos estados, uma

medida estratégica para aumentar a participação na arrecadação futura do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). “Essa medida foi uma tentativa dos estados de aumentar sua fatia na futura arrecadação do IBS, que substituirá o ICMS e outros impostos reformulados, visando garantir uma participação maior na arrecadação”, acrescentou.

O Impostômetro fica localizado na Rua Boa Vista, 51, no Centro Histórico de São Paulo. A ferramenta também está disponível no site www.impostometro.com.br, onde os valores arrecadados nas três esferas de governo são atualizados em tempo real.